

Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro

A look over the history of LGBT activism in Rio de Janeiro

Cristina Câmara

Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ),
Consultora e Coordenadora da Acicate - Análises Socioculturais
cristina.camara@uol.com.br

RESUMO: A partir da atuação de grupos LGBT cariocas, este artigo visa destacar acontecimentos que marcaram suas trajetórias e a história do movimento LGBT, como a demanda pela inclusão da não discriminação por orientação sexual na Assembleia Nacional Constituinte (1987), a Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas, após a 17ª Conferência da *International Lesbian and Gay Association* (1995) e a criação do Programa Estadual Rio Sem Homofobia (2007), entre outros. Ao longo do processo histórico, o movimento LGBT lida com as noções de pecado e doença associadas à homossexualidade, os crimes de homofobia e a relação entre saúde pública e direitos humanos. Como sujeito político, constrói seu próprio caminho ao denunciar a violência e a homofobia, demandando por reconhecimento e respeito quanto à orientação sexual e à identidade de gênero, e seus direitos.

Palavras-chave: LGBT, movimento homossexual, direitos sexuais.

ABSTRACT: *Based upon the activities of LGBT groups in Rio de Janeiro, this article aims at highlighting the events that marked their trajectories and the history of the LGBT movement, such as: the demand for the inclusion of non-discrimination by sexual orientation in the National Constitutional Assembly (1987); the March for Full Citizenship for Gays and Lesbians, after the 17th Conference of the International Lesbian and Gay Association (1995); and the creation of the State program Rio Without Homophobia (Rio Sem Homofobia), in 2007, among others. All along its historical process, the LGBT movement dealt with notions of sin and disease connected to homosexuality, homophobic crimes, and the relations between public health and human rights. As a political subject, it builds its own path by denouncing violence and homophobia, claiming for acknowledgement and respect for sexual orientation, gender identity, and sexual rights.*

Keywords: *LGBT, homosexual movement, sexual rights.*

Para Ronaldo Mussauer de Lima e Sylvio de Oliveira (*in memoriam*), dois gays cariocas engajados.

Introdução

Olhando para trás, é possível afirmar que a história do ativismo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) vem abalando estruturas. Não sem resistências, vem gerando mudanças no nível das práticas sociais e em referenciais simbólicos. Suas conquistas permitem que muitas pessoas se sintam desculpabilizadas com base em um repertório que traz imagens positivas, histórias compartilhadas e novas possibilidades que não cabem mais nas explicações que historicamente relacionam a homossexualidade a crime, pecado ou doença. (CÂMARA, 2002). Especialmente a partir dos Planos Nacionais de Direitos Humanos, o primeiro de 1996, o movimento LGBT ampliou seu campo de atuação apropriando-se desse arcabouço teórico-político.

No Brasil, apesar de o homossexualismo nunca ter sido classificado como crime, durante muito tempo foi considerado como desvio e transtorno mental (LAURENTI, 1984). No entanto, após intensa mobilização, iniciada em 1981 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 1985, o código 302.0 foi excluído da Classificação Internacional de Doenças pelo Conselho Federal de Medicina. E em 1990, pela Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde, medida que entrou em vigor em 1994. Do mesmo modo, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia aprovou uma resolução proibindo que psicólogos participem de clínicas ou terapias com o objetivo de “curar” homossexuais.

Por sua vez, a produção acadêmica se enriquece com essas tensões e mudanças, ampliando o debate interdisciplinar e retroalimentando o movimento LGBT. Estudos e pesquisas subsidiam o movimento, gerando evidências que podem e devem ser utilizadas para embasar ações de *advocacy* (incidência política). (RAMOS e CARRARA, 2006; CARRARA, 2010).

Ao destacar acontecimentos protagonizados pelo movimento LGBT no Rio de Janeiro¹, observa-se a existência de lutas simbólicas. Por isso o debate público incomoda. Por expor conflitos e modelos sedimentados, como os que evidenciam outras formas de união entre os sexos e de família, para além de padrões hegemônicos².

Os ativistas protagonizam ações coletivas que vêm gerando conquistas para a população LGBT, enriquecendo o próprio movimento e a vida em sociedade³. Uma história que referenciou durante décadas as fronteiras do “ser homossexual”, gradativamente delineando a identidade coletiva LGBT. A partir de grupos LGBT do Rio de Janeiro, pretende-se sugerir correlações e sinalizar a multiplicidade de linhas de atuação⁴.

Cultura e política LGBT

De acordo com o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI), atualmente há 24 grupos LGBTs no estado do Rio de Janeiro. A despeito da diversidade de composição e de atuação, esses grupos constituem uma rede de articulação política que se

movimentada por meio de eventos, alianças com outros movimentos sociais – especialmente com Organizações Não Governamentais que atuam no enfrentamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids (ONGs/Aids) – e de espaços em instâncias governamentais, como conselhos, comissões e grupos de trabalho. Há um entrelaçamento crescente entre os diálogos de fora e por dentro da estrutura governamental. Entretanto, um longo percurso foi trilhado⁵.

A vida cultural carioca traz um diferencial para o mundo gay e para a mobilização política LGBT. Para começo de conversa, o primeiro espaço gay no Rio de Janeiro foi criado em 1961 por um grupo de amigos batizado de Turma OK por Nyhlmar Amazonas Coelho. Funcionou regularmente até o Ato Institucional Nº 5 (1968), quando o grupo se dispersou, retomando suas atividades em 1972. A Turma OK se apresenta como um clube social e funciona na Lapa, presidido por Carlos Salazar. É um símbolo de resistência e continua sendo um ponto de encontro.

Outra referência importante é o teatro de revista, através ou a partir do qual alguns transformistas faziam muito mais do que representar, levando a crítica política e a prevenção à Aids para seus espaços.

Desde 1959, o esteticista Jorge Alves de Souza fazia sucesso à noite como Geórgia Bengston, conhecida por seu talento e por esquetes que reuniam humor e crítica política, mesmo durante a ditadura. A pesquisa de Rodrigues (2006) ressalta os espaços culturais como pontos de encontro na Baixada Fluminense e destaca a presença de Geórgia Bengston:

Posteriormente, sobem ao seu palco [do Sesc de São João de Meriti] nomes que vão de Gonzaguinha, João do Vale, MPB-4 e Quinteto Violado até a ousadia talentosa de Geórgia Bengston. O primeiro ator-travesti a se apresentar nos palcos de uma região representada nos meios médios como apenas produtora de violência e inculta, Geórgia trazia para a Baixada Fluminense sua crítica social aguda e bem-humorada, embalada com alguma sutileza nas mil possibilidades do Teatro de Revista, que ele/ela tão bem sabia percorrer. (RODRIGUES, 2006, p.132)

Norberto Chucri David, professor de História, à noite vivia Laura de Vison, nome conhecido desde a década de 1960 e de grande sucesso nas noites cariocas nas três décadas seguintes. Sua atuação *underground* era inconfundível, atraindo gays cariocas e de outros estados e países. O curta “Mamãe Parabólica” (1989), de Ricardo Favilla, foi especialmente pensado para ela, sendo ganhador de vários prêmios no Festival de Brasília daquele ano (SILVA NETO, 2010). No início dos anos 80, antes mesmo de ter contato com as ONGs/Aids, Laura de Vison já era uma agente multiplicadora poderosa na prevenção das DST/Aids. Suas últimas performances ocorreram no Bar Boêmio, no Centro do Rio⁶.

A música expressava liberdade sexual e rebeldia. Em 1972, com o Dzi Croquetes, e em 1973, com o sucesso dos Secos e Molhados. Ainda que este último tenha surgido em São Paulo, ambos possuíam traços similares, pondo o comportamento masculino em evidência

e gerando ambiguidades. Green (2000) se refere a um humor *camp* que invertia os papéis sexuais normativos, ainda que não fosse possível rotulá-los, já que suas performances podiam ser femininas, mas também masculinas.

Por fim, considerando cultura como um conceito antropológico, vem de longa data o fato de a territorialidade carioca reunir nativos e estrangeiros⁷. Há pontos de referência frequentados por ativistas LGBTs, a passeio e a trabalho. Certamente, o mais simbólico são as praias. Em Copacabana, a “Bolsa de Valores”, em frente ao Hotel Copacabana Palace, que é ocupada desde meados dos anos 1950 (GREEN, 2000). Em Ipanema, na altura da Rua Farme de Amoedo. Espaços de sociabilidade, predominantemente masculinos. Territórios que propiciam não só encontros e paqueras, mas também manifestações políticas, contra a repressão às Paradas LGBTs e também de divulgação de campanhas de prevenção às DST/Aids e a distribuição de preservativos.

Sobre o Lâmpião da Esquina

É com esse pano de fundo que os primeiros grupos de gays e lésbicas irão se deparar⁸. Tudo começou em 1977, quando João Antônio de Souza Mascarenhas convidou Winston Leyland, diretor da editora gay norte-americana *Gay Sunshine Press*, a visitar o Brasil. João Antônio, advogado que vivia em Ipanema, na época já estava atento ao cenário internacional. Foi o primeiro assinante latino-americano da referida revista, entre 1972 e 1977 (CÂMARA, 2002; HOWES, 2003). Seu convite tinha o intuito de ressaltar publicamente o movimento homossexual e a imprensa gay. A entrevista de Leyland ao *Pasquim* foi fonte de inspiração para o lançamento do jornal *Lâmpião da Esquina*, em 1978, em Copacabana, publicado até 1981. (MACRAE, 1990; HOWES, 2003).

Embora publicações gays, como *Snob*, *Gente Gay*, *Entender*, *Gayvota*, etc. já circulassem, o *Lâmpião* se diferenciou por seu cunho político. Contando com a colaboração de intelectuais, um conselho editorial assumidamente gay e Aguinaldo Silva como coordenador de edição, o jornal passou a focalizar diretamente o mundo gay no contexto da abertura política. Naquela conjuntura, gays, lésbicas e travestis eram alvo da repressão, vistos como pervertidos, comunistas e contra os cristãos, e, portanto, uma ameaça à segurança nacional. O *Lâmpião da Esquina* foi um instrumento para o movimento, repercutindo até o presente. Ainda em 1978, alguns de seus colaboradores fundaram o primeiro grupo homossexual militante, em São Paulo: Somos – Grupo de Afirmação Homossexual. Um ícone para a história do movimento LGBT brasileiro. (MACRAE, 1990).

Repressão e contrastes do Rio de Janeiro

Em 1979, surgiram três (ou cinco) grupos no Rio. Em julho, foi criado o Grupo de Atuação e Afirmação Gay (Gaag) em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Era formado

por lésbicas, na maioria negras e trabalhadoras, contando com apenas um homem. Já havia a necessidade de se reunirem, mas o *Lampião* e o Somos/SP serviram como incentivos. (CÂMARA, 2002).

No mesmo ano, foi criada a Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu e Mesquita (Aganim), também na Baixada Fluminense, ainda que seu registro seja de 1988. Um grupo misto, em funcionamento. Inicialmente, contava com seus associados para ações comuns à militância da época, que promovia espaços para gays e lésbicas se encontrarem e pouca aparição pública. Atualmente, tem como principais atividades: prevenção às DST/Aids, hepatites e tuberculose; apoio jurídico e encaminhamentos para o mercado de trabalho. Neno Ferreira, Presidente do grupo, afirmou que a situação da população LGBT mudou muito e hoje conta-se com o Programa Rio Sem Homofobia.

Ainda no final de 1979, surgiu o grupo Somos/RJ (MACRAE, 1990; FACCHINI, 2003), que, assim como o Gaag, teve vida curta. Após uma divisão, o Somos/RJ gerou o grupo Auê e, posteriormente, se fundiram no Somos/Auê. Veriano Terto Jr., um de seus integrantes, comenta a respeito:

O Somos se reunia basicamente em Copacabana, na Zona Sul da cidade. Em um determinado momento, houve uma cisão relacionada à participação ou não de pessoas heterossexuais no grupo. Isto aconteceu na mesma época em que a Carmen Dora Guimarães frequentava o grupo e havia terminado sua pesquisa de mestrado que resultou no livro “O homossexual visto por entendidos”, uma das obras mais importantes sobre o tema no final dos anos 70, mas somente publicado anos depois. A partir dessa cisão, foi criado o Auê por pessoas mais afinadas com uma composição de grupo, formado exclusivamente por homossexuais. Sob a liderança de Marcelo Liberali e Leila Miccolis, o grupo Auê passou a se reunir em Vila Isabel, na Zona Norte do Rio. Era organizado em subgrupos de convivência, que se formavam de acordo com a procura dos interessados que, a cada mês, eram convidados para uma reunião e daí se formava o subgrupo. Cada subgrupo de convivência iniciava com até 20 pessoas e depois ia diminuindo e daí os grupos anteriores já diminuídos passavam a se fundir com aqueles mais recentes. Com o tempo e as dificuldades institucionais, o número geral de participantes foi minguando. Ainda em 1981, o Auê, que nunca chegou a ter o número de participantes do Somos, também começou a perder membros. Talvez por isso, por volta de 82, os dois grupos voltaram a se juntar sob o nome: Somos/Auê, porém com o Somos já muito enfraquecido. Foi o núcleo inicial do Auê que acabou conduzindo as ações do grupo, tanto que as reuniões se mantiveram em Vila Isabel, quase que exclusivamente. (Veriano Terto Jr. – ativista do Somos, Auê e Assessor de Projetos da Abia)

Em 1981, o escritor Herbert Daniel, ex-militante da luta armada, voltou do exílio após 12 anos vivendo na clandestinidade. Seu nome de batismo era Herbert Eustáquio de Carvalho, Daniel sendo um dos codinomes na guerrilha que ele passou a adotar. Foi o último exilado a voltar ao país. Seus romances retratam as repressões política e sexual, como demonstra o trecho a seguir:

Ser homossexual, o que é isto? Na época da guerrilha, sexo era assunto “pessoal”, não era “político”. A separação entre pessoal e político, entre público e privado, é uma das bases da ética de toda política conservadora. A esquerda, adotando essa ética conservadora, pensando de uma certa forma o poder, pensou um corpo abstrato, “socialista”, onde o sexo era uma tecnologia a serviço da procriação, ou só procriação de um prazer conformado a preconceitos. (*Deixa Aflorar*, 1986, p.7 *apud* CÂMARA, 2000).

Em 1982, o movimento homossexual encontrava-se em um momento de tensão, e Daniel passou a ser uma liderança forte. Nessa época, as reuniões do grupo Auê passaram a ser em sua casa, em Laranjeiras. No entanto, entre o final de 1983 e o início de 1984, o grupo se desfez.

Também em 1982, Daniel foi assessor da campanha de Liszt Vieira, deputado estadual eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Vários colegas que haviam sido exilados no mesmo período voltaram ao Brasil com debates sobre meio ambiente e minorias. Em 1986, já em coligação PT-PV (Partido Verde), estiveram juntos em campanha: Fernando Gabeira para governador, Liszt Vieira para deputado federal e Herbert Daniel para deputado estadual. Houve apoio de grupos gays, mas também acusações de que Daniel estaria usando o movimento para fazer sua campanha.

Em suma, Daniel não se elegeu e logo depois foi convidado por Silvia Ramos, uma amiga em comum com Liszt, a trabalhar na Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), fundada naquele ano e presidida por Herbert de Souza, o Betinho. Daniel teve um papel fundamental no enfrentamento da Aids, por alertar sobre os efeitos sociais da epidemia, defender a cidadania de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (PVHA) e denunciar sua morte civil. Em um de seus artigos, Daniel afirmou:

Hoje, já nos anos 90, pode-se dizer que a forma mais aguda que toma a discriminação em todas as suas sofisticações é a da condenação a uma espécie de morte civil: um isolamento onde os direitos humanos são colocados em suspensão, entre parênteses. A AIDS costuma matar muito mais no que se chama de “resto da vida” do “doente”, do “agonizante”, do “aidético”, do que matar biologicamente. Morte antes da morte, essa “AIDS” impõe o silêncio e a clandestinidade. (DANIEL, 1990, p.1)

O debate recente sobre os desaparecidos na ditadura trouxe à tona a repressão contra os homossexuais. Em 16 de maio de 2012, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que incluiu em seu relatório um capítulo sobre a homossexualidade. A pesquisa demonstrou que houve perseguição, dificultando os modos de vida e a organização do movimento (GREEN e QUINALHA, 2014). Por sua vez, os homossexuais também eram rechaçados por parte da esquerda, corroborando o histórico do símbolo triângulo rosa e os escritos de Herbert Daniel (CÂMARA, 2000). As evidências trazidas pela CNV configuraram uma verdade histórica: LGBTs existem, fazem política e são perseguidos e censurados por uma ou por ambas as razões.

Durante a apresentação do relatório, ficou patente a necessidade de uma lei que puna crimes de homofobia. Há anos o movimento LGBT vem pressionando o Congresso Nacional para a aprovação do PLC122/2006, que visa criminalizar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. (VECCHIATTI, s/d).



Manifestantes fazem ato no Rio pedindo a criminalização da homofobia – Av. Presidente Vargas, Centro, 28 junho. 2013.

Foto: Marcelo Piu – Agência O Globo

Fonte: G1 Rio de Janeiro

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/manifestantes-contr-a-cura-gay-se-reunem-na-candelaria-no-rio.html>

Mais contrastes, mas delineando caminhos

Depois da ausência do Somos/Auê, em 1985 tem-se registros da fundação dos grupos Atobá, Movimento de Emancipação Homossexual e Triângulo Rosa. O Atobá surgiu em Realengo, trazendo uma contribuição relevante. Diferente da maioria dos grupos, o Atobá não contava com a participação de intelectuais, mas de pessoas simples da Zona Oeste. Sem limitar tal fato a um determinismo econômico, mas pensando nas correlações com seus gostos de classe e capitais social e cultural (BOURDIEU, 1983), o Atobá evidenciou outra realidade.

Desde o início, diferenciou-se ao trazer à tona denúncias de violência contra homossexuais, especialmente em sua área de atuação.

No início da década de 1990, comecei a frequentar as reuniões do grupo Atobá, localizado em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O clima ainda era de um segmento que se encontrava em locais alternativos e “meio” escondidos da sociedade, um pouco pelo preconceito e pela violência em tempos em que não existia marco legal algum para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e muito (creio eu) pela recente saída de um regime militar que assombrou o Brasil por duas décadas. (Marcio Marins – membro e ex-Presidente do Atobá)

Em dado momento, o Atobá dialogava mais com o GGB do que com os grupos cariocas⁹. Sempre estive muito ligado às agendas da violência e da saúde. Em 1986, participou da fundação da Abia, junto com outros movimentos sociais e instituições (TERTO JR., 1996). Em 1989, participou do Projeto Previna, primeiro projeto de parceria governo-sociedade criado pela Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde (CN-DST/AIDS-MS). O Projeto Previna era nacional, voltado para populações vulneráveis (prostitutas, travestis, michês, homossexuais, usuários de drogas injetáveis e população privada de liberdade), que reclamavam para não serem vistas como “grupos de risco”.

No Rio, o Projeto Previna era desenvolvido pelo Programa Prostituição e Direitos Civis, do Instituto de Estudos da Religião (Iser), responsável pela elaboração de materiais de prevenção para prostitutas, travestis e michês. A participação de grupos organizados foi imprescindível para que se incluísse o protagonismo dessas populações na prevenção às DST/Aids e a educação pelos pares, já que até então as informações eram veiculadas em linguagem científica, alheia às culturas das mesmas. Em 1992, esse programa levou à criação do grupo Davida, presidido por Gabriela Leite, visando à promoção da cidadania de prostitutas, e do Programa Integrado de Marginalidade (PIM), que teve Aauto Belarmino Alves entre seus fundadores.

Mesmo no Iser, Aauto continuou como membro do Atobá e trabalhava com especial atenção aos direitos humanos e às populações marginalizadas. Sua participação na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1994, propiciou contatos significativos que trouxeram a Conferência da *International Lesbian and Gay Association* (Ilga) para o Brasil no ano seguinte.

Interfaces entre o movimento LGBT e as ONGs/Aids

A partir de 1986, o movimento LGBT do Rio foi gradativamente se imbricando com as ONGs/Aids. Mas seria seu papel fazer a prevenção ao HIV/Aids ou sua missão deveria estar focada na defesa de direitos de gays e lésbicas? Este foi um debate central para o Triângulo Rosa e um momento singular para o movimento LGBT.

Especialmente no Rio, as primeiras ONGs/Aids surgiram muito próximas da referência associativa da esquerda política, mais do que da área da saúde. Também se referenciando na prática política que se utilizava de protestos de rua associada a uma vigilância sobre as políticas públicas. Traços na formação das ONGs/Aids que influenciaram os grupos LGBT, que eram poucos, e alguns reticentes quanto ao tema da Aids. Paradoxalmente, depois da Aids o número de grupos LGBT cresceu significativamente. Além disso, as mudanças na conjuntura política brasileira afetaram os espaços gays definitivamente.

No entanto, a Aids e a nova onda de preconceitos que suscitava não devem ser apontadas como os únicos responsáveis por esta mudança. O reforço do circuito comercial, com locais mais institucionalizados, a repressão policial nas ruas, as mudanças no espaço urbano com a iluminação e reformas de praças, ruas e jardins, a violência crescente dos assaltos, a crise econômica que fomentou a mendicância e o número de pessoas sem casa vivendo na rua são alguns dos fatores que contribuíram para dismantlar grande parte desse circuito de sexo mais orgiástico, anônimo e clandestino que caracterizava grande parte do comportamento e da prática sexuais de milhares de homens. As saunas (...) nunca conseguiram substituir totalmente estes locais mais clandestinos anteriormente citados, cujos baixos custos sempre atraíram forte presença popular. (TERTO JR., 1996, p. 93).

A ida de Daniel para a Abia introduziu a questão da homossexualidade na organização. Sua campanha fora de defesa dos direitos dos homossexuais, que confrontava a tensão entre Aids e homossexualidade, inclusive nas ONGs/Aids. Além de falar na primeira pessoa, Daniel recebeu o diagnóstico de Aids já na Abia. Depois disso, ele fundou o Grupo Pela Vidua/RJ (GPV) e continuou trabalhando na Abia¹⁰. Se, por um lado, a visibilidade dos grupos LGBTs ocorreu nesse cenário, por outro, Daniel levou uma cultura gay para o GPV. No caso, uma cultura gay com características de classe média intelectualizada e um discurso sintonizado com as mudanças culturais e políticas. O GPV propiciava espaços de convivência e/ou festivos que inexistiam nos grupos gays. Com exceção da Turma OK e, a partir de 1993, no GAI e no Núcleo de Orientação em Saúde Social (Noss).

Em 1991, Paulo Henrique Longo e Sylvio de Oliveira criaram o Noss, uma ONG/Aids que desenvolveu projetos com homossexuais, michês (Projeto Pegação) e população privada de liberdade (Projeto Teresa). No início dos anos 90, o Noss trouxe ao Brasil um modelo de bar voltado para a prevenção ao HIV/Aids. O *Safe Bar*, situado na Glória, foi o único projeto de uma ONG e o único bar a reunir diversão noturna e prevenção ao HIV/Aids. Periodicamente havia exposições de artes plásticas e fotografias, apresentações musicais, performances e *talk shows* organizados por Paulo Longo, que entrevistava pessoas ligadas ao mundo gay e/ou que atuavam na luta contra o HIV/Aids.

Outra singularidade do Noss foi o jornal *Nós Por Exemplo*, produzido por Sylvio de Oliveira, que pretendia fortalecer os grupos vulneráveis ao HIV/Aids. Ao longo do tempo, passou a contar com um encarte específico: “Agaiê hoje”. Era um jornal dirigido

primordialmente ao público gay, pioneiro na maneira de lidar com a homossexualidade e a Aids (MAIOR JÚNIOR, 2014) e um importante catalisador de grupos LGBT que atuavam de forma isolada no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. Segundo Rodrigues (2010, p. 504):

O surgimento do *NPE* veio preencher várias lacunas por representar a volta de um periódico direcionado à comunidade gay/lésbica, por se constituir em um veículo no qual a Aids pôde ser tratada de forma honesta e segura, livre de cunho moralista e preconceituoso, e por garantir apoio e divulgação para o movimento homossexual brasileiro, à semelhança do que um dia o *Lampião* fez para o iniciante movimento de organização da “minorias gay”, até então sem uma mídia que lhe garantisse espaço de expressão. (...) O *NPE* não teve o impacto do *Lampião* e nem terá o sucesso, como veremos a seguir, da revista *Sui Generis*. Entretanto, foi pioneiro em enfrentar a Aids, falando de sexo, doença e morte de uma forma cuidadosa e honesta, sem deixar de lado o cuidado estético. O *NPE* desaparece no segundo semestre de 1995, mas desta vez a imprensa gay tinha crescido.

A revista *Sui Generis* circulou entre 1994 e 2000, tendo contribuído para a formação de um mercado LGBT de classe média com base em comportamentos e tendências de mercado.

Mudando de eixo com o grupo Triângulo Rosa

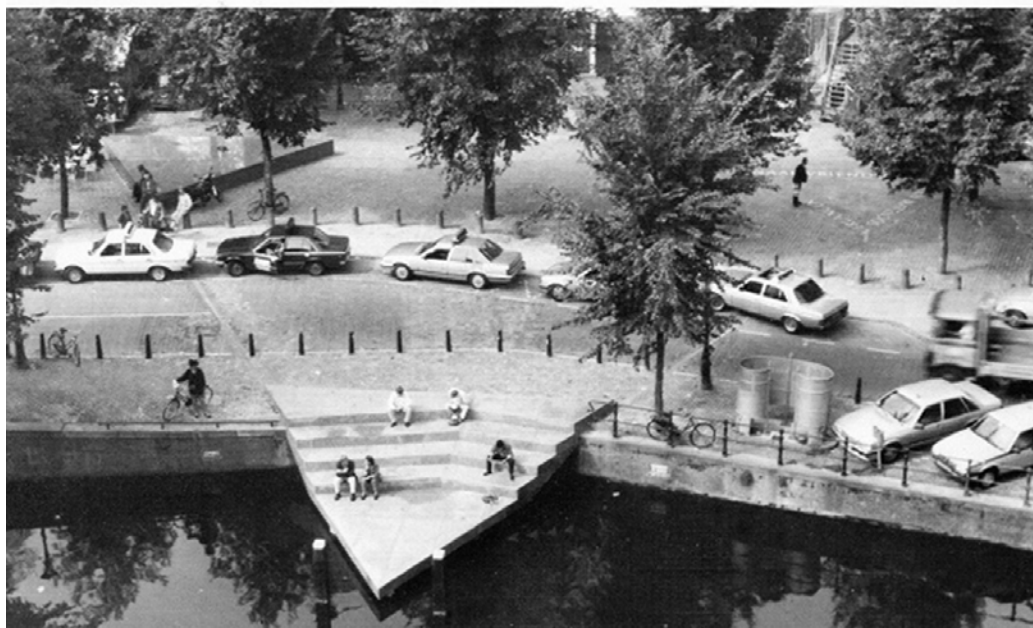
Fundado em 1985, o Triângulo Rosa passou por debates intensos até trilhar seu caminho na defesa de direitos. Havia três vertentes em conflito¹¹. A primeira, sustentada por Caio Benévolo, considerava que a defesa da liberação sexual deveria ser a prioridade do grupo. A segunda, defendida por Paulo Fatal¹², destacava a informação sobre Aids para a população gay como primordial. E a terceira, defendida por João Antônio Mascarenhas e a que prevaleceu, enfatizava a defesa dos direitos de cidadania dos homossexuais. O discurso do grupo estava voltado, principalmente, para os homossexuais masculinos, e havia dificuldade em envolver os travestis (na época no masculino), devido à associação com a prostituição e a tentativa do Triângulo Rosa de se distanciar desta referência. (CÂMARA, 2002).

Além da conjuntura marcada pelo surgimento da Aids, as atenções políticas estavam voltadas para a formação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). O Triângulo Rosa trouxe outra perspectiva, em alguns momentos atuando em parceria com o GGB e o Lambda (São Paulo). Seu principal objetivo era a superação dos preconceitos, entendendo-se as reivindicações jurídico-legais como fundamentais. Na expressão “orientação sexual”, o Triângulo Rosa marcou sua especificidade frente a outros grupos e, ao mesmo tempo, rompeu simbolicamente o “gueto homossexual”. Orientação sexual é uma expressão que indica uma referência identitária e/ou um modo de vida diretamente associado à sexualidade. Possui um caráter afirmativo e dissocia a homossexualidade das ideias de crime, pecado e doença, possibilitando a construção de um lugar socialmente viável para as relações homoafetivas. Implica um devir, demonstrando que as subjetividades são simultaneamente construídas

e instituintes das relações sociais. A não discriminação por orientação sexual seria a “concretização do princípio jurídico da igualdade” (RIOS, 2001, p.50), ou seja, a igualdade perante a lei.

O Triângulo Rosa assumiu uma luta simbólica, por confrontar valores religiosos, concepções médicas, normas jurídicas, de construção de identidade, e ainda, pela revisão das concepções sobre feminilidade e masculinidade, separando a anatomia das referências simbólicas que lhes são atribuídas. Com o Triângulo Rosa, da rejeição e denúncia à exclusão, o movimento passou a demandar a elaboração de direitos individuais nos códigos que regulam a relação entre sociedade civil e Estado. Essa demanda lhe garantiu visibilidade e fez surgir uma possibilidade efetiva de conquistas futuras, sendo útil para reflexões posteriores que reatualizam os debates durante o período da ANC, quando a bancada evangélica ainda estava se formando no Congresso Nacional. (CÂMARA, 2002). A não discriminação por orientação sexual não foi incluída na Constituição Federal, mas toda a mobilização em

H O M O M O N U M E N T



Homomonument – Projetado por Karin Danna, inaugurado em 05 set. 1987 no Centro de Amsterdam. Foi o primeiro monumento no mundo em homenagem a gays e lésbicas que foram mortos pelos nazistas. São três triângulos de 10 metros de cada lado, que formam um maior de 36 metros. Um triângulo de granito rosa no canal (local de homenagens, sempre com flores in memoriam); na praça, outro triângulo com 60 cm de altura; e um terceiro triângulo memorial formado por um verso do escritor judeu gay Jacob Israël de Haan (1881-1924): Naar Vriendschap Zulk Een Mateloos Verlangen (Such an endless desire for friendship) do poema To a Young Fisherman. Um dos pontos do triângulo aponta para a National War Memorial, na Dam Square. Outro aponta para a casa de Anne Frank, enquanto o terceiro para a sede da COC Nederland, organização holandesa de direitos dos homossexuais.

Foto: Cartão postal

Fonte: Arquivo pessoal

torno dessa demanda fez com que os debates avançassem, possibilitando sua inclusão em legislações estaduais e leis orgânicas municipais, e incluindo reivindicações semelhantes em documentos oficiais, como o Programa Nacional de Direitos Humanos (RIOS, 2001).

João Antônio Mascarenhas foi o primeiro homossexual brasileiro a ser convidado a falar no Congresso Nacional, para debater com os constituintes sobre a inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituição Federal. Sabia que a tarefa seria difícil, mas continuava otimista, e somente o fato de estar no Congresso Nacional era motivo para divulgar e comemorar.

Travestis fazem política

A construção de uma identidade homossexual “normal” levou a um afastamento entre gays e travestis, muitas vezes referidas como caricaturas do feminino, associadas à prostituição, pequenos furtos e drogas (CÂMARA, 2000, CARVALHO e CARRARA, 2013). Isso vai mudando com o surgimento da Aids, novas gerações no movimento LGBT e, evidentemente, devido aos embates políticos no movimento “homossexual”, até chegar a ser “LGBT”. Somente nos anos 90 as travestis e algumas transexuais criaram organizações próprias.

No Rio, a Associação de Travestis e Liberados (Astral) foi criada em 1992, no Iser, por iniciativa de Jovanna Baby, que já tinha proximidade com o Projeto Previna e viu nascerem, no mesmo ano, o Davida e o PIM. Grupos que puseram em questão as correlações entre prostituição-violência-marginalidade-HIV/Aids. A Astral surgiu em resposta à violência policial, principalmente em áreas de prostituição. A formação de uma associação de travestis foi o primeiro passo para mais adiante se definir uma identidade “travesti” (CARVALHO e CARRARA, 2013) e agregar evidências a pesquisas e políticas que passaram a demonstrar que as travestis são as maiores vítimas de homofobia e de violência (SOARES, 2000; RAMOS, 2005).

A Astral contribuiu para a redução de discriminações e preconceitos ao se manifestar contra prisões arbitrárias de travestis, inclusive repercutindo na mídia. Também, especialmente a partir de apoios da CN-DST/AIDS-MS, as associações de travestis passaram a compor suas interlocuções junto às ONGs/Aids, a participar da elaboração de planos de ação do movimento LGBT, além de começarem a elaborar seus próprios projetos.

Por último, mas não menos importante, em 1993 a Astral organizou o 1º Encontro de Travestis e Liberados, realizado no Iser, atualmente denominado Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, que se consolidou como um encontro anual. Encontros que têm contribuído para que travestis e transexuais estabeleçam uma rede própria, possibilitando o surgimento de lideranças e fortalecendo sua agenda no movimento LGBT e fora dele.

A despeito de suas conquistas (acesso ao tratamento hormonal, cirurgia de redesignação, uso do nome social, etc.), os casos de violência continuam sendo recorrentes. No Rio,

atualmente, há duas organizações: a Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Astra-Rio) e o Movimento de Gays, Travestis e Transformistas (MGTT), em Madureira.



1 Marcha Nacional contra a homofobia, Brasília, 19 maio 2010.

Foto: Elza Fiúza - ABr

Fonte: Agência Brasil

<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/galeria/2010-05-19/1%C2%AA-marcha-nacional-contra-homofobia-na-esplanada-dos-ministerios>

Equilibrando a defesa de direitos com a prevenção ao HIV/Aids

Em 1993, foi criado o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI). Diferente dos grupos anteriores, o GAI já demonstrava atenção ao desenvolvimento organizacional e à gestão do conhecimento, focos presentes na ideia de profissionalização das ONGs. Do mesmo modo, o grupo surgiu atento ao contexto da Aids e ao início dos apoios do governo federal a projetos de ONGs.

No mesmo ano, houve uma reunião no Iser sobre a primeira seleção pública de projetos de ONGs pela CN-DST/AIDS-MS – a partir do Acordo de Empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) –, que destinaria verbas para Homens que fazem Sexo com Homens (HSH). Os recursos eram para intervenção comportamental e formação de lideranças LGBT. Desde então, com convênios com o MS, era possível trabalhar em projetos específicos para gays e outros HSH. Entre os

presentes à reunião, estiveram Atobá, GAI, Abia e GPV. O financiamento do governo federal e o diálogo com as ONGs/Aids trouxeram um novo momento para os grupos LGBT e sua organização no Rio.

Nos primeiros anos (1993-1999), sob a presidência de Augusto Andrade, o GAI organizava eventos culturais públicos, como Tardes de Convivência no Museu de Arte Moderna; Mostras de Filmes Gays/Lésbicos; Seminários “Pensando a Homossexualidade”, que eram estratégias para testar a adesão do público a eventos coletivos LGBTs. Mais adiante, diferentemente de grupos anteriores, o GAI incentiva a participação de mulheres, inclusive desenvolvendo projetos específicos e atividades dirigidas a lésbicas e mulheres bissexuais, além de uma atuação mais recente junto ao público jovem. Entre vários projetos, contou com “Entre garotos – Promoção da qualidade de vida entre jovens gays e bissexuais” e “Laços & Acasos: mulheres, desejos e saúde”. Ambos foram financiados pela Fundação Schorer (Holanda) como parte do Projeto Sagas Brasil: promoção da saúde e prevenção das IST/HIV/Aids com LGBT, que envolvia ainda Abia (Rio de Janeiro), Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) Fortaleza) e Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade (Porto Alegre).

Atualmente, a restrição de financiamentos tem dificultado os trabalhos de grupos LGBTs e de ONGs/Aids. Em maio de 2015, após 22 anos, o GAI anunciou a suspensão de suas atividades por tempo indeterminado, devido a problemas financeiros.

Do lado de fora: Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas



Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas, Av. Atlântica, Copacabana, 25 jun. 1995.

Foto: Cristina Câmara

Fonte: Arquivo pessoal

Em 1969, a batida policial no bar *Stonewall*, em Nova York, gerou o primeiro protesto de rua no dia 28 de junho, levando ao Dia Internacional do Orgulho Gay. No Brasil, a partir do final dos anos 80, foram ensaiadas as primeiras Paradas, mas foi em 1995 que tudo mudou. Esse ano foi particularmente importante para o movimento.

Pela primeira vez, a Conferência da Ilga, em sua 17ª edição, foi realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, entre 19 e 25 de junho. Ao final da Conferência, ocorreu a Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas. O GAI organizou o evento mobilizando os grupos LGBTs brasileiros, que haviam fundado a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em 31 de janeiro do mesmo ano.

A importância desses eventos reside na grande repercussão ocorrida na mídia televisiva e escrita na ocasião: nos cadernos de economia, comportamento e cultura, ou seja, na conquista e/ou deslocamento para outros espaços discursivos além das páginas policiais.(...) Particpei de outras [Paradas], bem pequenas (Arpoador, Centro do Rio). Lembro-me do João Antônio Mascarenhas e do Sylvio de Oliveira referindo-se a outras anteriores com participação de poucas pessoas, nem por isso menos importantes. Lembro-me de uma organizada pelo Atobá no Aterro do Flamengo. (Augusto Andrade – primeiro Presidente do GAI)¹³.

Entretanto, foi a Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas que se tornou um divisor de águas, consolidando o advento das Paradas LGBTs no Brasil. Inspirou-as, inclusive, para a eleição de um tema. Em 1995: “Não à intolerância, ao preconceito, e sim aos direitos de todos os marginalizados”.

A ideia inicial partiu de uma conversa entre Adauto Belarmino Alves (PIM) e lideranças da Ilga durante a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1994. A proposta de Adauto para que a próxima Conferência da Ilga fosse realizada no Brasil foi aceita.

Ao chegar ao Brasil, ele [Adauto] nos procurou e propôs que o Arco-Íris tomasse a frente do evento. Em reunião interna, discutimos os prós, os contras, pensamos na viabilidade financeira e decidimos topar. A partir daí, começou a maratona. O Arco-Íris organizou tudo. O grupo estava à frente de tudo, e eu era o presidente do GAI, porém, claro, envolvemos todos os grupos cariocas. (...) Quem intermediou a liberação das verbas para o espaço e para a tradução simultânea foi o Adauto. Não sei se confirmar se veio do Programa de DST/Aids. O que me lembro é que foi o governo estadual que liberou o valor da tradução simultânea (R\$ 25.000,00). (...) Fora esses dois itens, o dinheiro para o evento veio das inscrições e doações particulares (Renato Russo, Leila Pinheiro, por exemplo). As paradas iniciais não foram “financiadas”. Eram carros de som emprestados pelos Sindicatos dos Bancários, Sindsprev [Sindicato dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro], e pequenas doações (principalmente dos fundadores do GAI) para o resto. (Augusto Andrade – primeiro Presidente do GAI)¹⁴.

A magnitude do evento foi determinante. A Conferência da Ilga foi realizada no Hotel Rio Palace, em Copacabana, com aproximadamente 2.000 pessoas, entre ativistas brasileiros

e estrangeiros, representantes governamentais e vários políticos. A deputada federal Marta Suplicy foi presidente de honra da Conferência, que contou com tradução simultânea para três idiomas e sala de imprensa. A programação versava sobre direitos, união civil e adoção, entre outros temas; lançamento de livros e atividades externas, como o primeiro *Gaymes* e uma agenda cultural que incluía vários locais gays, entre eles o *Safe Bar*.

Além da importância política – na ocasião tendo sido lançado publicamente o projeto de união civil –, a Conferência da Ilga mudou a apresentação pública do movimento LGBT no Brasil e seu relacionamento com a mídia. Desde então, as Paradas reificam a visibilidade LGBT e sua legitimidade adquirida naquele momento. Augusto Andrade também lembrou que, durante sua gestão no GAI, o grupo chegou a desenhar matérias sobre preconceitos junto com profissionais da Globo.

Lembrando o histórico das Paradas e a relação entre o movimento LGBT e as ONGs/Aids, Veriano Terto Jr. comentou:

No Rio, as Paradas são organizadas pelos grupos gays, mas também têm o apoio e a colaboração das ONGs/Aids. Em São Paulo, foi um pouco diferente, já que os grupos locais criaram uma instituição dedicada exclusivamente ao evento: a Associação da Parada. No Rio, em geral, os grupos gays e ONGs/AIDS ajudaram a criar um ambiente social mais propício para os gays. Em alguns momentos houve uma sinergia entre grupos gays e ONGs/Aids que abriram iniciativas culturais, como teatro, vídeos, festas, espaços de encontro etc. Então, este diálogo interinstitucional contribuiu para que os grupos se recompusessem agregando de alguma forma a temática da Aids na agenda de lutas do movimento gay. (Veriano Terto Jr. – ativista do Somos, Auê e Assessor de Projetos da Abia)

Paulo Giacomini, jornalista e ativista da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+), participou da Conferência da Ilga e da Marcha no Rio de Janeiro. Seu relato mostra como esta Conferência motivou os grupos paulistas, corroborando a análise de Santos (2007), que considera a 17ª Conferência da Ilga como um evento que contribuiu para a rearticulação do movimento LGBT em São Paulo. Em 1996, Paulo assinava a ‘Coluna Gay’ da *Folha de S. Paulo* e lembrou o ocorrido:

Estava chegando perto do 28 de junho quando eu comecei a ligar para os grupos de gays e lésbicas aqui de São Paulo e perguntei se São Paulo ia fazer alguma coisa ou se eu ia ter de dar a Parada do Rio de Janeiro. Então, aí que surgiu [a ideia], em 96, os grupos Identidade e o Expressão, de Campinas, a Apta [Associação de Prevenção e Tratamento da Aids], o Corsa [Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor] e a Rede de Informação Um Outro Olhar se reuniram. Eram quatro grupos mais a Apta, e organizamos um ato público na Praça Roosevelt. Aquele ato foi significativo porque era um ano em que os *skinheads* estavam atacando os gays lá em cima, no bar *Burger & Beer*, na Consolação. (Paulo Giacomini – RNP+/Brasil)

Foi o primeiro passo. Desde 1997, a Parada do Orgulho LGBT acontece anualmente na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, sendo considerada uma das maiores do mundo.

A partir de 1999, devido ao crescimento das manifestações, surgiu a Associação da Parada do Orgulho LGBT, responsável pela logística do evento. E, pelo menos desde 2006, a principal reivindicação tem sido o combate à homofobia. Neste ano de 2015, foi realizada a 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, cujo tema “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: Respeitem-me!” recebeu críticas por remeter a uma visão essencialista da homossexualidade. (SOUSA FILHO, 2015).

Por dentro do Poder

Em 1993, a CN-DST/AIDS-MS criou o Setor de Articulação com ONGs e Setor Privado, em parte atendendo a demandas decorrentes do Acordo de Empréstimo com o Bird. Entretanto, foi com a Rede de Direitos Humanos em HIV/Aids, criada em 1996 e coordenada por Raldo Bonifácio, que essa coordenação estreitou laços com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), uma Secretaria do Ministério da Justiça. Passou a ter um papel articulador, sendo marcante o diálogo com as religiões (ONGs afinadas com igrejas ou líderes religiosos), bem como projetos de assessoria jurídica que retratavam a ausência ou violação de direitos de PVHA e de populações vulneráveis.

Essa relação intersetorial no governo federal tornou-se, gradativamente, uma ponte para o movimento LGBT, que se aproximou não somente do Ministério da Justiça, mas também de outras pastas. Desse modo, o movimento LGBT carioca já contava com uma experiência acumulada com o Poder Público quando, em 1999, estabeleceu a parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ), assumida por Luiz Eduardo Soares, o primeiro secretário de Segurança Pública no governo de Anthony Garotinho (Partido Democrático Trabalhista - PDT).

Se a Aids reforçou o estigma da homossexualidade e os preconceitos contra LGBT, inclusive levando a um recrudescimento de crimes homofóbicos (CERQUEIRA e MOTT, 2002), o foco na segurança pública poderia contribuir para superar ou minimizar esses crimes e para modificar a imagem de gays e travestis no contexto policial. Por isso, a atenção à violência contra LGBT e à diversidade sexual foram pontos centrais, tendo sido criado um fórum de diálogo com os movimentos sociais e, conseqüentemente, parcerias com os grupos LGBT e a participação de ativistas na formulação de políticas. A diferença, neste caso, é que a parceria no âmbito do estado exigiu interações face a face. O diálogo entre os grupos LGBT e as polícias civil e militar foi inovador, contando inclusive com aulas sobre homossexualidade nas dependências das polícias, ministradas por Cláudio Nascimento e Jovanna Baby. O entendimento da equipe era que o enfrentamento da homofobia não só reconhecia direitos e atendia a reivindicações do movimento LGBT como propiciava a humanização das polícias ao desvendar vivências e estilos de vida dessas populações. (SOARES, 2000; RAMOS, 2001 e 2005).

Pela primeira vez abriu-se um espaço para se trabalhar diretamente no combate à homofobia no epicentro da SSP com a criação da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, a cargo de Silvia Ramos. Apesar de ter sido uma gestão curta (1º jan. 1999 a 17 mar. 2000), o trabalho realizado no período tornou-se um marco para a população LGBT, engajando pessoas com experiências sobre violência e homossexualidade. De certo modo, houve uma confluência de fatores e interesses que levaram a SSP a reconhecer a antiga demanda de grupos de gays e lésbicas da Baixada Fluminense, que sempre reclamaram de sua invisibilidade e dos casos de violências por parte da própria polícia. Foi, de fato, um acontecimento.

A criação do Disque Denúncia Homossexual (DDH) – mantido atualmente pela SuperDIR – também foi inovadora. Entre outras contribuições, o DDH possibilitou que as denúncias chegassem à SSP a partir das vozes das próprias vítimas (RAMOS, 2001). Além disso, não bastava recolher as informações, mas partir delas como um modo de fazer política que pressupunha evidências com base nas experiências, mas também em pesquisas. (RAMOS e CARRARA, 2006). Foi a partir dessa experiência de gestão que os ativistas LGBT entraram na estrutura institucional do governo do estado do Rio de Janeiro.

Sete anos depois, em 31 de maio de 2007, o governador do estado, Sérgio Cabral Filho, sancionou a lei estadual N°215/07 que possibilita a pensão para parceiros homossexuais de servidores públicos estaduais. Na mesma cerimônia, Cláudio Nascimento assumiu o cargo de superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Esta Superintendência (SuperDIR) coordena o Programa Rio Sem Homofobia (RSH) – elaborado por uma Câmara Técnica instalada com este fim, envolvendo vários setores sociais –, em sintonia com o Programa Brasil Sem Homofobia. Este Programa foi criado em 2004, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) – que saíra do Ministério da Justiça e, em 2003, ganhara status de Ministério. É responsável pela política contra a homofobia e a promoção da cidadania LGBT, suscitando respostas institucionais para os incidentes envolvendo LGBT.

No âmbito do estado, a criação dos Centros de Referência de Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania da População LGBT tem possibilitado a prestação de serviços a vítimas de discriminação e feito a diferença para essas populações.

Sim, muito. Hoje temos vários Centros de Referência LGBT, onde a população se sente acolhida, com psicólogos, advogados, Conselho da População LGBT e outras políticas públicas para o segmento. (Neno Ferreira – Presidente da Aganim)

As Conferências Estaduais de Direitos da População LGBT têm seguido o formato político de conferências em outros setores, propiciando a participação social, inclusive o aprendizado de como se situar nos jogos de poder.

Há várias ações daquela gestão inicial na SSP continuadas pela SuperDIR, com inúmeros ganhos cotidianos e políticos para LGBT.

Por sua vez, a atuação do então ativista em Aids, Carlos Tufvesson – atualmente Coordenador da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (Ceds) da Prefeitura do Rio de Janeiro –, junto ao governador do estado, levaram-no a ajuizar, em 2008, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 (ADPF 132) abrindo precedentes para todo Brasil. A ADPF 132 levou o Supremo Tribunal Federal (STF) – em julgamento conjunto com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 (ADI 4277, 2009), realizado nos dias 4 e 5 de maio de 2011 –, a declarar, por unanimidade de votos, a isonomia entre conjugalidades homo e heterossexuais, assegurando-lhes os mesmos direitos. De acordo com Rita Colaço:

A Associação da Parada de São Paulo havia ajuizado uma ação, que foi indeferida, tendo o relator indicado o caminho processual a seu ver mais adequado - a ADPF. Mas o seu ajuizamento exige a iniciativa de uma entidade de caráter nacional ou de um governador de estado. Após o governador do Rio de Janeiro haver impetrado a ADPF é que outras entidades apareceram, como *amicus curiae*. No ano seguinte, a PGR [Procuradoria Geral da República] ajuizou a ADI, recebendo, igualmente, a adesão de outras associações de defesa dos direitos de LGBTs. A ADPF foi, portanto, a iniciativa decisiva para o reconhecimento jurídico de famílias formadas por homossexuais, com a equiparação das uniões estáveis homoafetivas às heterossexuais. O governador teria legitimidade para arguir o tema apenas em relação à sua esfera de competência, por isso a abordagem foi do ponto de vista dos servidores do estado do Rio de Janeiro. A interpretação que vinha sendo dada pelo Poder Judiciário a certos direitos fixados no Estatuto dos Servidores do Estado, excluindo deles aqueles em união homossexual, representava violação a diversos princípios constitucionais, como o da dignidade, da igualdade e o da livre determinação. Era preciso, portanto, que o STF desse a interpretação, tanto para o artigo 226 da Constituição, como para o artigo 1.723 do Código Civil, à luz do conjunto do texto constitucional, ou seja, em sua interpretação sistemática, afastando a possibilidade de interpretações discriminatórias. Uma tal decisão não poderia se restringir ao estado do Rio de Janeiro, pois representaria a instituição de dois sistemas jurídicos no país. Ou seja, ela teria que, forçosamente, ser estendida à toda a sociedade nacional, ainda que o pedido do governador se restringisse aos servidores de seu estado. Por outro lado, reconhecer a isonomia entre as uniões estáveis homo e heterossexuais implicava reconhecer, também, a possibilidade de sua conversão em casamento (civil), sendo dever do estado facilitá-la, conforme previsto na Constituição Federal. (Rita Colaço, ativista independente e pesquisadora)

Por fim, as cerimônias coletivas de casamento civil realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, configuraram um marco simbólico para LGBT.

Considerações finais

O movimento LGBT no Rio de Janeiro vem redesenhando sua história ao compor as agendas de violência, saúde e direitos humanos. Por mais que ainda haja desigualdades internas nos grupos LGBTs, é importante valorizar a visibilidade e a participação crescentes

de lésbicas e bissexuais (especialmente jovens), e a mudança de status político de travestis e transexuais. São mudanças significativas no plano individual, mas também na composição do próprio movimento LGBT.

No cenário político, o debate sobre direitos LGBT continua intenso, e o discurso conservador marcado pelas concepções de pecado e doença. Por sua vez, os avanços científicos das biomédicas às ciências humanas e as mudanças na cultura política, por exemplo, com a decisão histórica do STF ao reconhecer a união estável homoafetiva, continuam apresentando contrastes. O tema da homossexualidade, além de sua carga moral, refunda um discurso moralizante, não mais em nome de Deus, mas do fazer política.

Por outro lado, ações da SDH-PR e da CNV trouxeram à tona violações de direitos humanos de LGBT, ontem e hoje, que explicitam crimes homofóbicos, xenofobia, questionamentos sobre a laicidade do Estado e o péssimo desempenho de parlamentares conservadores e/ou fundamentalistas religiosos que insistem em ignorar as demandas sociais e os consensos científicos. Eles transformam seus papéis de representantes do povo em moeda de troca, sem valor republicano e sem respeito aos direitos humanos.

Apesar disso, o movimento LGBT consolida seu próprio referencial e faz-se presente com um acúmulo de debates teóricos e conquistas políticas. A situação vivenciada hoje por LGBTs não pode ser comparada com a de décadas atrás. Há apoio de inúmeras autoridades e líderes de diversos setores, e a gestão política LGBT em governos diferentes tem contribuído para o seu reconhecimento¹⁵.

Entretanto, há uma relação triangulada – governo, movimento social e sua “base social” – que não é própria desse movimento, mas exige atenção. Desde os anos 90, fala-se sobre a necessidade de ultrapassar o confronto entre sociedade e Estado, buscando conciliações e consensos, inclusive construindo agendas comuns. Algumas críticas passam a ser vistas como anacrônicas, já que o momento é não só de composição, mas de situação. Uma conquista. Contudo, talvez seja necessário revisitar a concepção de movimentos sociais como sujeitos que fazem emergir os problemas sociais e, simultaneamente, mantêm-se vigilantes sobre as políticas públicas. A participação nas instâncias colegiadas é importante, mas é preciso atenção para que o movimento não se restrinja às agendas do Executivo e, principalmente, não se esqueça de seu papel de mediador entre governo e “base social”.

Faz-se mister afirmar que o movimento LGBT precisa estar atento à sua capacidade de comunicação e mesmo de representação dos anseios daquela que se considera ser sua “base social”. Conflitos entre identidades coletivas e o distanciamento entre ativistas e base em geral interferem em seu potencial político como sujeito autônomo. Tais dificuldades se agravam na medida em que a política de identidades levada a cabo pelo movimento, aliada a um estilo de política governamental que a retroalimenta, fragiliza a solidariedade entre movimentos sociais que compartilham tanto oponentes no cenário político quanto potenciais bandeiras de luta. Agravam-se também pelo foco nos “circuitos institucionais”, dando pouca atenção à

comunicação com a base e com aliados potenciais para além do âmbito do Estado. (Fraser, 2012). Olhar para o movimento LGBT considerando sua complexidade pode ajudar a refletir sobre as ambiguidades que marcam seu reconhecimento.

Notas

¹ Seguindo Pollak (1992), entendo “acontecimento” como um fato que não se repetirá, tendo gerado uma ruptura, um avanço ou um marco para a história do movimento LGBT.

² Pela primeira vez, o Censo 2010 contabilizou a população residente com cônjuges do mesmo sexo. Foram 60.035 casais (10.170 no Rio de Janeiro), sendo 44,19% de homens e 55,81% de mulheres, e 97,09% em zona urbana. De acordo com estudo do IBGE: “Contudo, estas transformações ocorridas na estrutura familiar, nas normas de casamento e na queda da fecundidade não deixam de ser objeto de disputas no campo da ordem simbólica. Os setores mais conservadores da sociedade interpretam o fim da “família normal” como uma “crise da família”, já que esta deixa de ser a referência mestra do tecido social. As famílias tinham uma função central nas sociedades onde elas concentravam as funções de produção e reprodução”. (Alves, 2010, p. 9). Segundo o Conselho Nacional de Justiça, após dois anos da Resolução N° 175 de 14 de maio de 2013, que impede os cartórios de se recusarem a converter uniões estáveis em casamentos civis, há 3,7 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

³ Agradeço a: Augusto Andrade (primeiro Presidente do GAI); Julio Moreira (Presidente do GAI); Manoel Ferreira da Cunha (Neno Ferreira – Presidente da Aganim e Coordenador da Coordenadoria de Políticas Públicas para Diversidade Sexual); Marcio Marins (membro do Atobá de 1990 a 2003, tendo assumido a presidência do grupo por duas gestões); Paulo Giacomini (Secretário de Informação e Comunicação da RNP+/Brasil e um dos Coordenadores da 1ª Parada LGBT de São Paulo); Rita Colaço (Fundadora do Gaag, ativista do Triângulo Rosa, atualmente ativista independente e pesquisadora); Veriano Terto Jr. (ativista do Somos/RJ, Auê, ex-Coordenador e atual Assessor de Projetos da Abia); e, Yone Lindgren (ativista do Somos/RJ e fundadora do Movimento D’Ellas). São pessoas com as quais pude pensar em voz alta e resgatar um pouco dessa história. Entretanto, ressalto que este texto é de minha inteira responsabilidade.

⁴ Sobre meu lugar referencial, não sou ativista LGBT, mas não estou distante e alheia aos ativistas e a seu movimento. Escrevo a partir de minha trajetória acadêmica e política, de espaços que me levaram a conviver e a compartilhar debates LGBT,

gerando simultaneamente um repensar individual e a busca por empatia com o outro. O estudo sobre o grupo Triângulo Rosa foi um momento ímpar e me aproximou do GPV.

⁵ Para o presente artigo são mencionados grupos LGBT identificados na literatura e/ou que se destacaram em sua atuação. Há outros grupos importantes, mas não foi possível obter registros ou contatos nesse momento.

⁶ Várias travestis transformistas são aliadas dos movimentos LGBT e de Aids. O documentário “Divinas Divas” homenageia algumas delas. Estreia de Leandra Leal na direção, o longa-metragem apresenta as primeiras artistas travestis do Brasil – Rogéria, Jane Di Castro, Divina Valéria, Camille K, Eloína dos Leopardos, Marquesa, Brigitte de Búzios e Fujika de Halliday. Artistas que completaram 50 anos de carreira em 2014. O lançamento do filme foi previsto para 2015. Sobre a cultura e os espaços de interação e sociabilidade gay, ver Green (2000).

⁷ Na literatura LGBT, as noções de território e territorialidade têm sido influenciadas pelos estudos de Néstor Perlongher, que, por sua vez, revela-se inspirado pela Escola de Chicago e pelos guetos gays americanos, mas buscando ampliar a perspectiva territorial, “entendida aqui como extensão superficial que alude a certa distribuição dos corpos, das matérias sociais, no espaço. Daí a preocupação com o território, por múltiplos que sejam seus enfoques, desvelar, no seu próprio lançamento ou colocação, a instauração de uma ótica que parte de uma pergunta pelo lugar”. (Perlongher, 1989, p. 1).

⁸ Naquele momento, era usual referir-se ao “movimento homossexual”, e apesar de se tentar mudar para “gay”, como até hoje, os termos são utilizados como sinônimos. No entanto, na trajetória do movimento, a mudança de “homossexual” para “LGBT” é politicamente significativa. Configura um processo de inclusão, aceitação e afirmação da diversidade LGBT. Ver MacRae (1990), Facchini (2003) e Guimarães (2004).

⁹ O antropólogo Luiz Mott, fundador e presidente do GGB, fez vários estudos e publicações sobre a violência contra homossexuais. Em 1997, o GGB publicou seu primeiro boletim sobre assassinatos de homossexuais no Brasil.

¹⁰ A atenção da Abia com a questão gay foi iniciada por Herbert Daniel e Carmen Dora Guimarães, mais adiante seguida por Veriano Terto Jr. e Richard Parker, que já dialogava com Herbert

Daniel. Escreveram juntos *Aids: a terceira epidemia*, publicado pela editora Iglu, em 1991.

¹¹ O nome do grupo Triângulo Rosa foi uma homenagem aos homossexuais mortos nos campos de concentração nazistas, que recebiam como distintivo um triângulo equilátero de cor rosa com o vértice voltado para baixo.

¹² Paulo Fatal, médico psiquiatra, afastou-se do Triângulo Rosa para trabalhar com HIV/Aids. Em 1987, foi um dos fundadores do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio de Janeiro (Gapa/RJ), que em 1988 lançou seu livro *Invicta – aids aqui*.

¹³ Não foi possível identificar registros sobre Paradas anteriores. Entretanto, o site “Planeta Gay” - <http://www.webzip.com.br/planetagay/homo15.htm>, um projeto do Noss, divulgou um texto intitulado “1 Passeata gay do Rio de Janeiro”. Não há referência ao ano, mas à divulgação em “nosso jornal”, o *Nós Por Exemplo*, que começou a circular em 1991.

¹⁴ O então Programa Nacional de DST/Aids (PN) já apoiava projetos de eventos, e provavelmente houve algum aporte. De forma mais sistemática, o apoio financeiro para atividades de mobilização do Orgulho LGBT foi a partir de 2002. Para a Conferência da Ilga, os contatos com o PN, salvo engano, foram estabelecidos por Aduino Belarmino e Cláudio Nascimento. Para o PN, o apoio a eventos era um investimento na parceria política com as ONGs por propiciar desdobramentos para as respostas ao HIV/Aids.

¹⁵ Foram e/ou são parceiros: Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Rio de Janeiro e sua Comissão de Direito Homoafetivo (CDHO/OAB-RJ); Conselho Regional de Psicologia; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; parlamentares como Carlos Minc, Benedita da Silva, Lysâneas Maciel (*in memoriam*), Jandira Feghali, entre outros; governador Sérgio Cabral Filho; atrizes e atores de teatro e televisão, cantores, autores de telenovelas, entre outros.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Thaís. Brasil já realizou 3,7 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo. *Agência CNJ de Notícias*, 15 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79374-brasil-ja-realizou-3-7-mil-casamen>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz et al. *A família DINC no Brasil: algumas características sociodemográficas*. Rio de Janeiro: IBGE. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010. (Textos para discussão, n. 30). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49328.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

_____. “Figuras emblemáticas da responsabilidade”. In: *Lugar Primeiro*, n.5, pp. 1-43, 2000. Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS/UFRJ.

CARVALHO, Mario e CARRARA, Sérgio. “Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. In: *Sexualidad, salud y sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 14, pp. 319-351, dossiê n. 2, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludSociedad/article/view/6862>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CARRARA, Sérgio. “Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo”. In: *Bagoas*, n. 5, p. 131-147, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CERQUEIRA, Marcelo e MOTT, Luiz. “Interfaces da violência: Aids e homofobia”. In: CÂMARA, Cristina; CARNEIRO, Cláudia M.P. (orgs.). *O outro como um semelhante: direitos humanos e Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. pp. 47-67.

DANIEL, Herbert. “AIDS e discriminação: Vivendo com AIDS”. In: *Boletim Pela Vida*. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.1, abr. 1990.

FACCHINI, Regina. “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. In: *Cad. AEL*, v.10, n.18/19, 2003, pp. 81-125. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/73/75>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FRASER, Nancy. “Igualdade, identidades e justiça social”. In: *Le monde diplomatique Brasil*, 1 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).
- HOWES, Robert. "João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil". In: *Cad. AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/78/82>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- LAURENTI, Ruy. "Homossexualismo e a classificação internacional de doenças". In: *Rev. Saúde Pública*, v.18, n.5, pp. 344-347, out. 1984. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101984000500002>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. "Tornar-se gay em tempos de Aids: as homossexualidades no jornal *Nós Por Exemplo* (1991-1995)". In: *Historien*, ano 5, n. 10, pp. 414-427, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://revistahistorien.com.br/arquivos/24maiorpaulo.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- MÍCCOLIS, Leila e DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- PERLONGHER, Néstor. "Territórios marginais". In: *Papéis avulsos*, n.6, pp. 1-23, 1989. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos históricos*, v.5, n.10, pp. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- RAMOS, Sílvia. "Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual". In: GROSSI, Miriam Pillar et al. (orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005, pp.31-44. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).
- _____. "Disque Defesa Homossexual: narrativas da violência na primeira pessoa". In: *Comunicações do ISER*, n. 56, ano 20, pp. 53-66, 2001.
- RAMOS, Sílvia e CARRARA, Sérgio. "A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas". In: *Physis*, v.16, n.2, pp.185-205, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- RIO SEM HOMOFOBIA. Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- RIOS, Roger Raupp. "Discriminação por orientação sexual e acesso à justiça". In: *Cadernos Themis*, ano II, n.2, set. 2001.
- RODRIGUES, Jorge Caê. "Impressões de identidade: os caminhos da imprensa gay nacional". In: COSTA, Horácio et al. (orgs.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010, pp. 499-508.
- RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. *Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: aspectos da socialização de "gays" e "lésbicas" em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 80*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1443>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. "Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004)". In: *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 22, n. 63, pp. 121-135, fev. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100010>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- SILVA NETO, Antonio Leão da. "Verbete: Favilla, Ricardo". In: *Dicionário de fotógrafos do cinema brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. (Coleção Aplauso. Série especial/Coordenador geral Rubens Ewald Filho). Disponível em: <<http://aplauso.imprensaoficial.com.br/edicoes/12.0.813.862/12.0.813.862.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA FILHO, Alípio de. "E a Parada Gay de São Paulo capitula frente ao discurso conservador!". In: *Carta potiguar*, 6 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2015/06/06/e-a-parada-gay-de-sao-paulo-capitula-frente-ao-discurso-conservador>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Coordenadoria de Análise de Jurisprudência. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 Rio de Janeiro*. Brasília, 5 maio 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

TERTO JR., Veriano. "Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de Aids". In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Abia: IMS/Uerj 1996, pp. 90-104.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *PLC122/06*. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br/entenda-plc122/#axzz1SOgFYIbh>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Recebido em 10/07/2015

Aprovado em 21/07/2015